

As organizações internacionais e a hegemonia mundial: a guinada neoliberal da OCDE

International organizations and world hegemony: the OECD's neoliberal turn

ANA RACHEL SIMÕES FORTES | anarachel.fortes@gmail.com/ Doutoranda em Relações Internacionais pelo San Tiago Dantas (UNESP\UNICAMP\PUC-SP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Relações Internacionais da PUC-SP e do Instituto Nacional de Estudos sobre os Estados Unidos (INCT- INEU).

CHYARA SALES PEREIRA | chyarasp@gmail.com /Professora Doutora do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Chefe de Departamento e Coordenadora do Curso de Relações Internacionais da PUC-MINAS.

LEONARDO RAMOS | lcsramos@yahoo.com.br / Professor Doutor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos sobre os Estados Unidos (INCT- INEU) e do Grupo de Pesquisa sobre Potências Médias (GPPM).

Recebimento do artigo Maio de 2021 | **Aceite** Agosto de 2021

Resumo: A partir dos anos 1970, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) se converteu em um ator importante na propagação de políticas neoliberais ao apoiar esforços de coordenação econômica, desenvolver análises e recomendações para seus países membros da época. Ao considerar que, pela perspectiva de Robert W. Cox, as Organizações Internacionais possuem um papel fundamental no que se refere ao campo ideológico, o objetivo deste artigo é analisar a guinada neoliberal na OCDE para compreender o seu papel na propagação e consolidação do neoliberalismo no âmbito de seus países membros durante a década de 1980. A partir da análise dos documentos produzidos pela instituição em questão no referido período, será possível compreender o modo de atuação da OCDE e como todo esse processo foi sistematicamente operacionalizado. **Palavras-chave** Organizações Internacionais; Robert Cox; OCDE; Neoliberalismo.

Abstract: Beginning in the 1970s, the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) became an important player in the spread of neoliberal policies by supporting efforts for economic coordination, developing analyses and recommendations for its member countries at the time. When considering that, from the perspective of Robert Cox, International Organizations have a fundamental role with regard to the ideological field, the objective of this article is to analyse the neoliberal shift in OECD to understand their role in the propagation and consolidation of neoliberalism within its member countries during the 1980s. From the documents produced by the institution in question, it will be possible to understand the OECD's mode of action and how this whole process has been systematically operationalized. **Keywords** International Organizations; Robert Cox; OECD; Neoliberalism.

INTRODUÇÃO

A origem das Organizações Internacionais (OIs) contemporâneas remonta a meados do século XIX. Ao longo do século XX, sobretudo nos períodos posteriores às grandes guerras e à Guerra Fria, há o florescimento de diversas organizações internacionais, reorganizadas ou formalmente criadas a partir de acordos ou regimes das mais variadas áreas temáticas, da segurança à economia. De acordo com Wolfe (2008), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é um exemplo disso. Criada em 1961, com o objetivo geral de promover políticas que visem o desenvolvimento econômico e o bem-estar social por meio da cooperação, ela surgiu pela iniciativa de alguns países europeus, juntamente com Canadá e Estados Unidos, em torno dos pilares da democracia e do sistema capitalista.

Durante a década de 1970, a OCDE passou por mudanças significativas, em um contexto de crise econômica relacionada ao (i) colapso do sistema de Bretton Woods, com o fim do sistema monetário internacional baseado em taxas fixas de câmbio; e (ii) ocorrência das duas crises do petróleo (1973-1974 e 1979), constituindo choques de oferta que contribuíram para o cenário simultâneo de desaceleração produtiva e elevação da inflação nos países membros. Com a gravidade da crise econômica internacional, foram mobilizados vários esforços de coordenação de interesses dentro da organização, em função do panorama de desacordos entre os membros. “O referido cenário contribuiu para a emergência do G7 como foro diferenciado e informal de diálogo sobre temas macroeconômicos e outros tópicos da agenda internacional” (GODINHO, 2018, p. 31 – ver também RAMOS, 2013).

Segundo Carrol e Kellow (2011) nos anos 1980, a OCDE emplacou uma competição com o FMI sobre qual das organizações deveria ser responsável pela nova injeção de fundos destinados a estabilizar o sistema monetário internacional. Nesse ponto a articulação do G7 não foi “bem-vista” nos altos escalões do secretariado da OCDE, pois sua competição com o Fundo Monetário Internacional (FMI) previa a perspectiva de um papel cada vez maior na coordenação da política econômica internacional e o surgimento do G7 sinalizou, nessas circunstâncias, uma relativa limitação da OCDE como *locus* de coordenação de assuntos políticos e econômicos. Neste cenário, sob o mandato do Secretário-Geral Emile Van Lennep, (1969-1984), a OCDE buscou maior engajamento nas novas regiões (destacando-se a adesão de Austrália e Nova Zelândia) e um papel mais ativo no sistema internacional, incluindo outras áreas temáticas, como por exemplo, meio ambiente, agricultura, educação e saúde.

Além disso, como os países membros passavam por uma grave recessão, em função da alta inflação e aumento do desemprego, Van Lennep também foi responsável por arquitetar políticas estruturais de caráter neoliberal na instituição, ajudando a estimular a crescente influência deste pensamento em diversas áreas de trabalho, como também, para além do âmbito interno. Desse modo, a instituição passou a ser fundamental no processo de definição das bases ideológicas do consenso sobre o neoliberalismo no âmbito dos países (CARROL; KELLOW, 2011).

Posto isto e ainda considerando que as Organizações Internacionais possuem um papel fundamental no que se refere à disseminação das ideias no campo das relações internacionais, o objetivo deste trabalho é analisar a guinada neoliberal na OCDE para compreender o seu papel na propagação e consolidação do neoliberalismo no âmbito de seus países membros durante a década de 1980. Ou seja, muito se fala e estuda-se o processo de propagação do ideário

neoliberal no sistema internacional e a forma como se deu sua consolidação no âmbito dos países em desenvolvimento, mas no presente artigo, busca-se entender como isso aconteceu nos países desenvolvidos que também eram membros da OCDE. Para cumprir com o objetivo analítico proposto, buscar-se-á: i) analisar o surgimento do neoliberalismo como projeto hegemônico e o papel das Organizações Internacionais neste processo; ii) compreender as principais nuances do funcionamento interno da OCDE para entender o papel que desempenhou durante a construção do projeto neoliberal e iii) entender o processo de internalização dos preceitos neoliberais no âmbito dos países membros da OCDE.

A hipótese que guiará a construção do argumento no presente artigo é que a OCDE, ao ser responsável por propagar um “pacote” guiado pela lógica da austeridade fiscal, financeira e econômica, nos anos 1980, criou condições de disseminação e internalização da lógica neoliberal nas estruturas políticas e de mercado de seus países membros. Isso será demonstrado por meio da análise de discurso de um conjunto de documentos produzidos pela instituição em questão, que nos indicam a forma como todo esse processo foi sistematicamente operacionalizado. Pretende-se, por meio de tais documentos, identificar sinalizações dos rumos comportamentais da OCDE após o fim de Bretton Woods, quando tudo o que poderia parecer à primeira vista um conjunto de medidas da boa governança, revelou-se afinal, uma ação política que privilegiou o mercado, reduzindo o investimento público ao trocar a lógica universalista por uma lógica assistencial, desregulamentando a finança e o comércio internacional. Neste cenário, indo um pouco mais além, pode-se dizer que a OCDE se tornou um importante *think-tank* sobre práticas neoliberais, delineando parâmetros e construindo diagnósticos apurados sobre os países membros com o intuito de analisar seus empenhos ao aderir tais ajustes.

Como demarcação teórica, fez-se a opção pelos estudos críticos das Relações Internacionais com ênfase na produção intelectual de Robert Cox. Assim, buscou-se estabelecer um diálogo entre análises críticas do debate sobre governança global e os processos político-ideológicos que associados à atuação das Organizações Internacionais nesses processos. Para tanto, o artigo encontra-se dividido em quatro seções, incluindo esta introdução e a conclusão. Primeiro, serão apresentadas as contribuições analíticas de Robert Cox sobre a atuação das Organizações Internacionais como um instrumento institucional para a legitimação de uma ordem hegemônica estabelecida e seu papel na representação de normas que facilitam a expansão das mesmas. E por fim, tendo em vista a discussão teórica exposta na seção anterior, buscar-se-á exemplificar a aplicabilidade das premissas coxianas, tomando como recorte a ascensão do neoliberalismo na década de 1970 para compreender o papel da OCDE na propagação e consolidação de políticas neoliberais no âmbito de seus países membros durante a década de 1980.

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS COMO UM INSTRUMENTO INSTITUCIONAL PARA A PROPAGAÇÃO DE POLÍTICAS NEOLIBERAIS: AS CONTRIBUIÇÕES DE ROBERT W. COX

Antes de iniciarmos a discussão teórica dos conceitos de Robert Cox que serão mobilizados, avalia-se também importante, primeiramente, compreender os tempos e movimentos que marcam o surgimento do neoliberalismo como projeto político e econômico transnacional associado à discussão do papel das Organizações Internacionais na disseminação desse ideário que permeará a dinâmica da economia política internacional desde a década de 1970.

De acordo com Gill (1990), o que emergiu no final dos anos 1970 foi uma forma transnacional de hegemonia neoliberal, ancorado na centralidade política e militar dos EUA. Não obstante, as organizações internacionais, como a OCDE, foram fundamentais no processo de definição das bases ideológicas do consenso sobre o neoliberalismo em todo o mundo, ancorado em premissas como a austeridade fiscal, financeira e econômica, garantindo a presença mínima do Estado. Desenho este que se tornou o elemento estruturante do capitalismo dos anos 1980.

No entanto, pode-se dizer que o neoliberalismo nos países desenvolvidos assumiu características bem distintas daquele internalizado pelos países subdesenvolvidos. Isso se deve aos diferentes contextos político-econômico vivenciados pelos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a despeito de todos serem sujeitos da crise dos anos 1980, década considerada como perdida. Assim, a disseminação de leis de mercados extremamente rígida contribui para um agravamento da situação econômica vivenciada pelos países em desenvolvimento; enquanto, nos países desenvolvidos, especialmente aqueles membros da OCDE, a virada neoliberal seguiu uma lógica “menos agressiva”, guiada por uma nova concepção do papel do Estado que buscou adaptar a social-democracia a um novo contexto globalizado e guiado pela lógica financeira do capital.

Assim, a partir das contribuições de Robert W. Cox será feita uma análise crítica do debate entre governança global e os processos político-ideológicos que perpassam a internacionalização do Estado como também sobre a atuação das Organizações Internacionais nesses processos, mais especificamente sobre a construção do projeto neoliberal a partir dos anos 1970. Cox (1981 e 1987) elabora um quadro de análise que busca compreender o papel de instituições, aparelhos privados de hegemonia e de intelectuais orgânicos na (re) construção da hegemonia estadunidense e na constituição do cenário para a aplicação das políticas neoliberais em meio à crise do keynesianismo.

Segundo essa concepção, a ação das organizações internacionais neste período pode ser associada à ascensão da dinâmica hegemônica norte-americana, permanecendo como elemento essencial à compreensão da configuração de poder no cenário internacional nos dias de hoje. A partir do ponto de vista da Teoria Crítica, a emergência das organizações internacionais consiste em um elemento para a compreensão de um conceito polissêmico de hegemonia e, ao mesmo tempo, representa um espaço institucional para a legitimação de uma ordem hegemônica estabelecida (MURPHY, 2014).

Em linhas gerais, Cox aponta para as categorias de força que interagem na estrutura por ele concebida, que consiste nas ideias, capacidades materiais e instituições. O fenômeno da institucionalização é interpretado, nesse contexto, como o modo de conferir estabilidade e perpetuação a uma determinada ordem, na medida em que ela, refletindo as relações de poder prevaletentes, as legitima. Assim, as instituições têm, na ordem global, o papel central em evitar ou minimizar o uso da força diante de um conflito, mesmo porque possibilitam que os conflitos sejam escasseados, “uma vez que permitem a legitimação ideológica por meio do reconhecimento, por um lado, e a criação de organismos que concatenem ideais aparentemente dissonantes, buscando uma universalização da política, por outro” (PEREIRA, 2016, p. 7).

Utilizando-se da análise dos períodos correspondentes à *pax britannica* e à *pax americana* que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial, considerando os fatores que influenciaram o estabelecimento dessa hegemonia em ambos os períodos, é interessante constatar que o domínio britânico prescindia quase que completamente de instituições internacionais formais, ao passo que a *pax americana* caracterizou-se pelo estabelecimento de diversas destas instituições¹. Em razão disso, a hegemonia estadunidense principiou-se pela formação de coalizões que envolvessem distintos países, predominantemente no mundo ocidental, promovendo em suas primeiras décadas, inclusive, a contenção da ideologia soviética. Nessa conjuntura, segundo Cox, os Estados Unidos raramente adotaram estratégias de intervenção na política econômica de seus aliados. A estabilidade desse domínio foi possibilitada a partir da estruturação de uma ordem econômica internacional e por meio do estabelecimento de regras e normas que a sustentasse. Para esse propósito, as instituições de Bretton Woods – FMI e Grupo Banco Mundial – bem como as diretrizes contidas no GATT e na OCDE representam um papel preponderante.

Ao analisar a influência que as organizações internacionais detêm sobre a ordem internacional, Cox busca demonstrar que a estrutura das organizações internacionais está diretamente relacionada ao ambiente em que elas se inserem, concebido como o sistema internacional, formado pelos Estados e por outros atores ou forças organizadas cujos interesses e expectativas são refletidos na maneira como essas organizações internacionais se constituem a partir dos *inputs* recebidos. É por meio das pressões externas, notadamente das relacionadas a real ou potencial existência de conflito e do consenso, que são definidas as situações em que a organização poderá atuar.

Ao aduzir que a concepção gramsciana de hegemonia poderia ser utilizada para a compreensão das relações internacionais, Cox propõe que a hegemonia no plano da governança global seja descrita como uma estrutura social, econômica e política, expressa por “normas universais, instituições e mecanismos que repousam em regras gerais de comportamento para os Estados e para aquelas forças da sociedade civil que atuam além das fronteiras nacionais – as quais sustentam o modo de produção dominante” (COX, 2007, p. 19).

Cox (2007) apresenta cinco características das organizações internacionais responsáveis fundamentalmente por expressar e garantir os interesses das classes dominantes: a primeira é a

1 Segundo Pereira, (2016) para Cox, o que diferencia o período de hegemonia americana é a ênfase na institucionalização. Em suas palavras, a internacionalização do estado norte-americano. Nesse contexto, o FMI havia sido criado para fornecer empréstimos a países que apresentassem déficits na balança de pagamentos, oferecendo-lhes a oportunidade de realizar ajustes e evitar as consequências deflacionárias da adoção do padrão ouro automático que o regime impunha. O Banco Mundial, por sua vez, deveria ser um veículo de ajuda financeira de longo prazo. Aos poucos, a noção de que as medidas econômicas tomadas em âmbito nacional tinham repercussões em outros países e que estas deveriam ser levadas em conta, transformou a prática de harmonização de políticas num hábito sólido. Ver, para mais detalhes, COX, 1981 e 1987; RAMOS, 2013.

corporificação das regras que facilitam a expansão das ordens mundiais hegemônicas; a segunda se refere a ela própria como produto da ordem mundial hegemônica; a terceira está ligada à legitimação ideológica das normas da ordem mundial e a quarta se refere à cooptação das elites dos próprios países periféricos e por último na absorção das ideias contra-hegemônicas (COX, 2007).

Por esse motivo que, considerando esses termos, pode-se dizer que as instituições internacionais como o FMI, OCDE e a ONU desempenham um importante papel ideológico, pois ajudam a definir as diretrizes políticas para os Estados e a legitimar certas instituições e práticas no interior de uma nação, refletindo orientações favoráveis às forças sociais dominantes. Nas palavras de Cox:

As instituições internacionais corporificam regras que facilitam a expansão das forças econômicas e sociais dominantes, mas permitem simultaneamente aos interesses subordinados fazerem ajustes com um mínimo de desgaste. As regras que controlam o mundo monetário e as relações comerciais são particularmente importantes, e basicamente organizadas para promover a expansão econômica. Ao mesmo tempo, admitem exceções e minimizações para resolver situações problemáticas, e podem ser revistas caso as circunstâncias se modifiquem. (COX, 2007, p. 19)

A partir do argumento acima, pode-se dizer que, em geral, as instituições e regras internacionais se originam do Estado que estabelece a hegemonia mundial. O Estado dominante se encarrega de garantir a aquiescência de outros Estados de acordo com uma hierarquia de poderes no interior da estrutura de hegemonia entre os Estados. Existe uma estrutura informal de influência que reflete os diferentes níveis do verdadeiro poder. Nesse sentido, a inserção político-econômica de muitos Estados da periferia na agenda global trouxe, em contrapartida, a dependência ou subordinação destes aos organismos institucionais por ela responsáveis (COX, 2007).

Reiterando a posição contida nos seus primeiros escritos que evidenciavam seu ceticismo diante do potencial das organizações internacionais para uma reconfiguração efetiva do cenário internacional (COX, 1977, 1981 e 2007, p.e.), Cox afirma que um novo multilateralismo, construído “de baixo para cima”, consistiria em substituir o olhar sobre tais instituições internacionais pelas forças sociais domésticas e de seu poder de mudança. Assim, mesmo certas reconfigurações no discurso de algumas Organizações Internacionais, quanto às demandas dos países periféricos são vistas como transformismo.

Indivíduos e países periféricos, embora entrem em instituições internacionais com a ideia de trabalhar, de seu interior, para modificar o sistema, são condenados a trabalhar dentro das estruturas da revolução passiva. No melhor dos casos, vão ajudar a transferir elementos de “modernização” para as periferias, mas apenas aqueles coerentes com os interesses dos poderes locais estabelecidos. A hegemonia é como um travesseiro: absorve os golpes e, mais cedo ou mais tarde, o suposto assaltante vai achar confortável descansar sobre ele. O transformismo também absorve ideias potencialmente contra-hegemônicas e faz elas se tornarem coerentes com a doutrina hegemônica. (COX, 2007, p. 21)

A relação entre organizações internacionais e hegemonia é, assim, de legitimação e preservação. Referindo-se particularmente às instituições de Bretton Woods, Cox (2007) afirma que tais instituições atuam na assimilação da ideologia de senso comum e em sua reprodução por meio de normas universais. Sua função consiste em manter uma ordem global hegemônica a partir dessas regras produzidas pela concepção liberal da economia internacional, ao mesmo tempo em que atuam sobre o processo de tomada de decisão dos países subordinados, utilizando os mecanismos já discutidos. É importante frisar que não apenas o poder de determinadas forças sociais refletirá essa ordem hegemônica, mas também dos próprios Estados na ordem internacional. Estes não são apenas agentes passivos na atuação das instituições internacionais, pois, atuam na criação dessas normas no nível internacional, ao mesmo tempo em que criam condições para sua assimilação no âmbito doméstico.

Nesse contexto, as organizações internacionais atuam desenvolvendo e oficializando diretrizes de políticas públicas, que serão assimiladas no nível doméstico por medidas concretas no âmbito fiscal e monetário. Cox se refere a essa dinâmica como “uma *nébuleuse* – algo que não tem uma estrutura de autoridade institucional fixa, mas que emerge das discussões em organismos como o FMI, OCDE, o Fórum de Davos, as reuniões regulares do G8, etc” (PEREIRA, 2016, p. 8 – ver também COX, 1987 e RAMOS, 2013). O ponto é que, na perspectiva de Cox, não existe possibilidade de separar a política da economia de forma que as relações de poder na esfera da produção estão em constante relação com as relações de poder entre Estados, por isso que, uma análise da política internacional não pode prescindir de um enfoque sobre a dinâmica do capitalismo mundial.

Essa noção crítica de “governança sem governo” (ROSENAU; CZEMPIEL, 2000) abarca essa busca por diretrizes consensuais dentro de uma concepção de globalização, posteriormente transferidas aos canais de decisão política dos governos nacionais. Consequentemente, as imagens coletivas, por sua vez, não são somente amálgamas de opiniões individuais fragmentadas, mas são tipos mentais coerentes e expressam a visão de mundo de grupos específicos que podem ser universalizados e naturalizados por meio da hegemonia do tipo gramsciana. Por isso, são difíceis de romper. Estes conceitos serão importantes para compreender as Organizações Internacionais – particularmente a OCDE – como produto da ordem hegemônica e tendo um papel fundamental na (re)produção de normas que facilitam a expansão de tal ordem. “Seus pontos focais de organização, tais como a Banco Mundial, OCDE, FMI e ONU desenvolvem um quadro de pensamento – ou imagens coletivas – que fixa diretrizes para a formulação de políticas tanto em países centrais como em países periféricos” (PEREIRA, 2016, p. 12).

Assim, o esforço de Cox possibilita, justamente ao dar dinamicidade ao entendimento das estruturas, combinando condições materiais, ideias e instituições, compreender como as hegemônias², nos termos de Gramsci, formam-se, consolidam-se e entram em crise. Em função disso, na próxima seção, será feito um esforço, por meio de análise documental, para entender como a OCDE cria condições, por meio da disseminação de um conjunto de ideias, para gerar consenso e legitimar o neoliberalismo enquanto política econômica a ser adotada tanto em países desenvolvidos, quanto em países em desenvolvimento, mesmo que nestes últimos não se percebam as mesmas benesses daquelas observadas nos primeiros.

2 Para Gramsci, o conceito de Hegemonia que consiste na combinação de elementos de coerção, ligados às capacidades materiais, junto ao consentimento (vontade coletiva), a fim de obter enquanto classe dominante o poder de transformar os interesses particulares em interesses universais. Portanto, não basta somente “tomar o poder do Estado”, mas exercer liderança a partir da sociedade civil. (GRAMSCI apud COX, 2007)

A GUINADA NEOLIBERAL NA OCDE: OS PROGRAMAS DE AJUSTE ESTRUTURAL NA DÉCADA DE 1980.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é sucessora da Organização para a Cooperação Econômica (OECE) e surgiu por uma iniciativa de alguns países europeus, juntamente com Canadá e Estados Unidos, de criar uma organização que tivesse como objetivo principal “promover políticas que visem o desenvolvimento econômico e o bem-estar social de pessoas por todo o mundo por meio da cooperação” (OECD, 2018). Assim, a OECE teve redirecionada sua finalidade inicial de atender à operacionalização do Plano Marshall. No entanto, é importante registrar que a passagem da OECE para a OCDE não se dá de forma tão natural e espontânea, mas em função de dois processos paralelos³.

Em primeiro lugar, a recuperação dos países europeus beneficiados pelo Plano Marshall demandava o estabelecimento de uma organização que superasse a lógica doador-beneficiário inerente ao funcionamento da OECE, por meio da participação dos países europeus e dos Estados Unidos em bases “solidárias” na divisão do ônus econômico da cooperação, ampliando os domínios alcançados pela organização (energia, agricultura, indústria, transporte, trabalho e turismo). Em segundo lugar, acontecem dois movimentos: um primeiro relativo à intensificação das tensões associadas à Guerra Fria, com a constituição do Pacto de Varsóvia, ampliando a importância estratégica da OECE nos termos simbólicos (como vocalizadora dos pilares da democracia e do sistema capitalista); e um segundo relativo ao surgimento de novos atores no sistema internacional, despertando a necessidade de cooperação com os demais países em bases mais robustas (GODINHO, 2018).

Assim, quando se parte da lógica do funcionamento interno da OCDE para a forma como se manifesta na esfera doméstica de seus países-membros, chega-se a uma importante discussão. Atualmente, a OCDE conta com 240 instrumentos normativos que um país deve seguir caso deseje se tornar membro da organização e, para aquele que já é membro, são os itens que devem ser observados continuamente para garantia da convergência entre o papel desempenhado pelo país-membro e a expectativa da organização, já que a ela cabe a responsabilidade do monitoramento por meio da revisão por pares (*peers reviews*)⁴. Nos termos do artigo 1 de sua Carta Constitutiva, a OCDE estabelece como principal objetivo o desenvolvimento de políticas que promovam:

3 Atualmente, a OCDE congrega 35 países (setembro/2018): Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, Alemanha, Espanha, Canadá, Estados Unidos, Japão, Finlândia, Austrália, Nova Zelândia, México, República Tcheca, Hungria, Polônia, Coreia do Sul, Eslováquia, Chile, Estônia, Israel, Eslovênia, Letônia. A ampliação do número de membros foi gradual e basicamente cumpriu três ciclos: i) no primeiro ocorrem as adesões do Japão (1964), da Finlândia (1969), da Austrália (1971) e Nova Zelândia (1973); ii) após um intervalo de 20 anos em relação ao primeiro ciclo, no segundo, há adesões do México (1994), da República Tcheca (1995), da Hungria, Coreia do Sul e Polônia (1996) e da República Eslovaca (2000); e o terceiro ciclo tem seu início em 2007 quando todas os processos de adesão indicados abaixo são iniciados. Assim, brevemente, a OCDE congregará 38 países quando se encerrarem as negociações para entrada por parte da Colômbia, Costa Rica, Lituânia. Ainda outros países manifestaram interesse formal de integrarem a OCDE e aguardam decisão do Conselho: Brasil, Argentina, Peru, Romênia, Bulgária e Croácia. As negociações para entrada da Rússia foram suspensas em 2014 em função do seu envolvimento na Guerra da Crimeia. Com relação particularmente ao interesse brasileiro de se tornar membro da OCDE, ver RIBEIRO, 2020.

4 Todos os instrumentos legais estão disponíveis para consulta pública no site da OCDE catalogados por temas multidisciplinares (são 17 temas diferentes: agricultura e alimentação, desenvolvimento, economia, educação, emprego, energia, meio ambiente, finanças e investimentos, indústria e serviços, energia nuclear, ciência e tecnologia, assuntos sociais, migração, saúde, tributação, comércio, transporte, desenvolvimento urbano, rural e regional), por tipo (decisões, recomendações ou outros instrumentos), por data, por data da última emenda, por referência, por Comitê, e adotados por países não membros (OECD, 2018).

- a) crescimento econômico sustentável, empregos e elevados padrões de vida dos membros, com a manutenção de estabilidade financeira e a contribuição ao desenvolvimento mundial;
- b) expansão econômica dos membros e não membros em processo de desenvolvimento econômico;
- c) expansão do comércio mundial em bases multilaterais e não discriminatórias, conforme regras internacionais. (OECD, 2018)

Tais objetivos traduzidos em prescrições domésticas adotadas pelos países membros devem implicar políticas norteadas pelas seguintes diretrizes, conforme artigo 2 da Carta Constitutiva da OCDE:

- a) uso eficiente de suas fontes econômicas;
- b) desenvolvimento científico e tecnológico;
- c) busca por políticas orientadas para o crescimento econômico e estabilidade financeira e interna e externa;
- d) redução ou eliminação de obstáculos ao comércio de bens e serviços;
- e) liberalização de movimento de capitais;
- f) comprometer-se com o desenvolvimento econômico de países-membros e não-membros, especialmente por meio de fluxo de capitais;
- g) viabilizar o recebimento de assistência técnica e expansão de mercados de exportação. (OECD, 2018)

Estas prescrições são organizadas em categorias disponibilizadas em formulários que servem de guia de ação para aqueles países que são membros e de pré-requisitos a serem cumpridos por aqueles que desejam se tornar membros. O fato é que, considerando os itens da Carta Constitutiva da OCDE e a natureza do conteúdo dos formulários que devem ser preenchidos, percebe-se que a forma como organização atua é orientada por bases na promoção de governança financeira e coordenação de políticas macroeconômicas em que há claramente princípios de “políticas estruturais para a oferta agregada e em elementos de austeridade fiscal e monetária” (GODINHO, 2018, p. 31)⁵. Dois elementos são estruturantes do processo: do ponto de vista político, adoção de elementos que fortaleçam os princípios de uma democracia liberal e, do ponto de vista produtivo, uma economia de livre mercado.

O período inicial da OCDE coincidiu com a “era dourada” dos seus membros na economia internacional: “à luz da expansão do número de membros e do aumento de sua participação no PIB, de 53% (1961) para 59% (1973), e nas exportações mundiais, de 55% (1961) para 72% (1973)” (GODINHO, 2008, p. 27). Contudo, posteriormente aumentar em 50% o crescimento real do PIB coletivo dos países-membros tinha sido uma prioridade estabelecida pelo Secretário-Geral numa reunião interministerial e, em função disso, uma atenção particular passou a ser

5 Até fins da década de 1970, os princípios norteadores das políticas estruturais eram da matriz keynesiana, que foram abandonados em função da crise vivenciada naquela década.

atribuída ao Comitê de Política Econômica, com destaque ao Grupo de Trabalho 3 (WP3). Em função de todo o contexto, esse grupo de trabalho conquistou progressiva influência, chegando ao ponto de “apresentar contribuições aos debates sobre o sistema monetário internacional de Bretton Woods, havendo o G10 do FMI comissionado estudos do WP3 sobre processos de ajuste nas principais economias da OCDE” (GODINHO, 2018, p. 28).

Assim, pode-se dizer que partir do final dos anos 1970, a OCDE se converteu em um ator importante na propagação de políticas neoliberais ao apoiar esforços de coordenação econômica, desenvolver análises sobre seus países-membros como também países não membros. Desse modo, a instituição passou a ser fundamental no processo de definição das bases ideológicas do consenso sobre o neoliberalismo. Tal processo, ao consolidar a OCDE como a instituição referência na orientação de processos de internalização dos preceitos neoliberais, contribuiu para que essa posição ainda crescesse mais com discussão de um novo consenso. A mudança para o novo consenso recebeu um forte impulso com a publicação de 1978 do Relatório McCracken. Coordenada pelo economista estadunidense Paul McCracken, a comissão de especialistas da OCDE publicou um relatório sobre a crise do petróleo, criticando o aumento dos gastos sociais e a “rigidez” do mercado de trabalho de seus países-membros. O Relatório forneceu “o que foi descrito como uma base analítica para melhorar a eficiência de mercado” de seus membros (MACCRACKEN, 1978, p. 68). No quadro abaixo são apresentadas as discussões e as resoluções do Relatório, no qual é possível perceber também que o controle inflacionário e a flexibilização de mercado tornaram-se as principais metas da OCDE.

Quadro 1 – Resumo Relatório McCracken 1978

<p>Sobre as causas da crise econômica A deterioração do desempenho nos países industrializados é atribuída principalmente: a guerra do Vietnã, o colapso do sistema de câmbio fixo, as falhas nas colheitas e o aumento explosivo dos preços do petróleo e os erros das políticas de governo que são excessivamente expansionistas (OCDE, 1978).</p>
<p>Sobre o funcionamento e o papel do Estado A demanda por bens e serviços normalmente fornecidos pelo setor público tende a aumentar à medida que as sociedades ficam mais ricas (...) vários países foram rápidos demais nessa direção. O relatório recomenda diretrizes mais firmes para gastos públicos, é necessário um “limite de velocidade” para minimizar o risco de efeitos adversos no crescimento e no desempenho da inflação (OCDE, 1978).</p>
<p>Sobre a importância da eficiência de mercado É necessário esforços dos governos para eliminar a rigidez no mercado em geral e promover a concorrência e a mobilidade (...) as políticas tradicionais do mercado de trabalho, concebidas para reduzir os desequilíbrios entre a oferta e a procura em categorias específicas devem gradualmente permitir que a economia opere em um nível mais alto por demanda, sem encontrar empecilhos de trabalho em setores específicos (...) ações para aumentar a flexibilidade das estruturas salariais também são defendidas (OCDE, 1978).</p>

Fonte: Elaborado por Fortes (2020), baseado em Relatório McCracken (McCracken, 1978)

A partir desta nova conjuntura, em outubro de 1980, a OCDE realizou a primeira conferência, *The Welfare State in Crisis: An Account of the Conference on Social Policies in the 1980s*, sobre a crise cujo foco estava nas questões de bem-estar social, recomendando aos seus países-membros uma nova perspectiva sobre o papel do Estado na promoção de políticas sociais. Essa conferência foi a primeira reunião conjunta entre membros da OCDE e especialistas das mais diversas áreas para compreender os contornos da crise, ocasião importante já que elucidada

as primeiras divergências entre os membros. Enquanto França e Suíça, além da *Trade Union Advisory Committee to the OECD*⁶ (TUAC), acreditavam que a concepção de Estado mínimo e desregulação de mercado não era a solução para o enfrentamento da instabilidade econômica, outros eram mais enfáticos, como por exemplo, os Estados Unidos e Grã Bretanha. Nos trechos abaixo é possível observar tais visões opostas quanto as estratégias de combate à crise econômica. Enquanto o primeiro excerto do Comitê Econômico da OCDE se refere ao posicionamento a favor de políticas neoliberais, o segundo aponta a insatisfação da TUAC com tais medidas:

Trecho 1: O comitê econômico da OCDE concluiu que “os ônus da tributação e das contribuições sociais atingiram níveis que atuam como desestimulantes a uma melhor eficiência ou a mais oportunidades de emprego” ... “Como é evidente que quase todos os participantes desejam um retorno a um crescimento econômico pelo menos moderado, a primeira prioridade deve ser, ou parece, convencer o ‘setor das políticas sociais’ [...] que a política social [...] corre o risco de criar obstáculos ao crescimento econômico” (OECD, 1981)

Trecho 2: Ao invés de eficiência *versus* igualdade, a verdadeira questão é quão igual é a sociedade que queremos? Foi dito que apenas aqueles que se beneficiam dos padrões distributivos existentes falam sobre eficiência, porque isso lhes permite esconder-se atrás de uma cortina de fumaça. O que eles realmente são contra, no entanto, é uma redução das desigualdades de renda. (OECD, 1981)

Pelos trechos expostos acima, observa-se que a tentativa de construção desse consenso em torno do neoliberalismo enquanto projeto político, econômico e social não se delineou de forma tão homogênea no âmbito da OCDE, quanto se imagina. Conflitos e contradições fizeram parte do processo de construção desse novo modo de pensamento econômico na OCDE. Nota-se um processo de embate ideológico ou, em outras palavras, de luta pelo consenso, dentro da instituição. Mesmo diante de um ambiente de dissidências internas, a partir dessa conferência, a Organização buscou se renovar como foro de coordenação internacional, ao promover a Estratégia Macroeconômica de Médio Prazo entre seus membros, por meio da criação do Grupo de Trabalho sobre Análise Macroeconômica e de Políticas Estruturais (WP1). Foi a partir da criação do Grupo de Trabalho (WP1) que em 1987 a OCDE passou a recomendar reformas macroeconômicas e regulatórias para os países-membros. Assim, a partir de análises de experiências individuais de cada país, o documento compilou uma série de medidas de ajustes, considerados essenciais para alavancar as economias em crise. Ademais, o documento ressaltava o comprometimento da organização em fiscalizar e avaliar o desempenho dos membros no que tange a implementação de tais programas. Os tópicos trabalhados e as recomendações de ajuste estrutural do documento de 1987 seguem abaixo:

6 O Comitê Consultivo Sindical para a OCDE é a interface da Organização com os sindicatos. Atualmente a TUAC possui 59 centros sindicais (OECD, 2018).

Quadro 2 – Recomendações Structural adjustment and economic performance

<p>Mercado de Trabalho: Melhorar o funcionamento do mercado de trabalho exige mais do que mudanças na determinação salarial – está intimamente ligada à melhoria e eficiência da utilização do trabalho, ou seja, na flexibilidade do trabalho (OECD, 1987).</p>
<p>Educação: Dois pontos devem ser destacados: (i) em muitos países, ainda há necessidade, de aumentar as taxas de retenção no ensino médio para níveis comparáveis aos de outras economias avançadas ou garantir uma melhor coordenação entre a educação escolar e a ampla variedade de programas de treinamento; (ii) novas formas de financiamento da educação podem ser exploradas, maior dependência de financiamento privado pode entrar em conflito com as metas declaradas de equidade, mas as evidências sugerem os benefícios do ensino superior financiado (OECD, 1987).</p>
<p>Eficiência e efetividade no setor público: Rever programas cujos objetivos foram atingidos ou cujas premissas subjacentes não são mais válidas, de ajustar os gastos e os impostos gerais à tendência alterada de crescimento e de desenvolver novas formas de cooperação entre os setores público e privado (OECD, 1987).</p>
<p>Regulamentação: Não há uma solução geral para remover todos os regulamentos; de fato, notadamente na área ambiental, na proteção da saúde e segurança, a ação pública é essencial – embora aqui também seja importante que os regulamentos adotados sejam de modo a alcançar seus objetivos da maneira mais econômica possível e, ao mesmo tempo, deixar espaço para inovação das forças do mercado (...) a desregulamentação não resulta em uma competição destrutiva – embora a estrutura da indústria tenha tendido a mudar logo após a abertura do mercado e continue a mudar de acordo com as circunstâncias do mercado, o padrão geral tem sido a concorrência viável e eficaz (OECD, 1987).</p>

Fonte: Elaborado por Fortes (2020), baseado em Structural adjustment and economic performance (OECD, 1987, tradução nossa)

Nota-se que as questões apresentadas nesse documento são parte da ênfase dada à desregulamentação do mercado e à redução dos custos trabalhistas. A aposta do comitê econômico da OCDE era que a menor regulamentação favoreceria a criação de novos empregos. De fato, esta estratégia produziu elevação na demanda por trabalho. A partir da metade dos anos 1980, o crescimento do emprego foi três vezes maior entre os países-membros da OCDE e as taxas de desemprego atingiram os níveis mais baixos. No entanto, as medidas resultaram também em deterioração das condições sociais e em aumento da desigualdade. Segundo Harvey (2008), os países-membros da OCDE registraram grandes aumentos da desigualdade a partir dos anos 1980. A redução dos salários e dos benefícios ampliou o número de trabalhadores situados abaixo da linha de pobreza devido aos empregos precários e de baixa remuneração que proliferaram na região.

Dois anos após a divulgação desse relatório sobre as medidas de ajuste estrutural, em 1989, a OCDE lançou o Relatório *Economies in transition structural adjustment in oecd countries*, para observar o desempenho dos países-membros nos programas de ajuste que perduravam desde o início dos anos 1980. No documento, o Comitê Econômico da organização selecionou quatro áreas de análise – mercado de trabalho, mercado financeiro, ajustes industriais e setor público. Apesar das mudanças de natureza neoliberal consideradas necessárias para o bom desempenho das economias dos países-membros na época, o relatório concluiu que o projeto neoliberal também encontrou resistência, já que “o estado de bem-estar social criou lealdades em torno de suas políticas, tornando difícil fazer cortes em benefícios valorizados pelos cidadãos” (OECD, 1989, p. 25).

De acordo com o relatório de 1989, nos EUA, por exemplo, após promover cortes em programas de auxílio às pessoas de baixa renda, o presidente Ronald Reagan encontrou dificuldades em ir adiante e teve de recuar, já que a população estadunidense reivindicava proteção social. Um segundo grupo de países, como Suécia e Dinamarca, não resistiram ao acirramento da crise em face da desaceleração econômica e o aumento do déficit público. Assim, ampliaram-se as pressões para melhorar a eficiência, estimular o trabalho e reduzir os gastos, levando os governos a apertar os critérios para

a concessão dos benefícios sociais (OECD, 1989). Para o relatório *Economies in transition structural adjustment in oecd countries*, embora a regulação do mercado de trabalho e a proteção aos trabalhadores continuassem altas, os países-membros da OCDE deveriam adotar reformas para reduzir a rigidez do mercado de trabalho, já que os resultados foram positivos e o número de empregos passou a crescer.

Segundo os estudos de 1989, a crise abriu a agenda política para que lideranças aptas ocupassem espaço com um novo receituário (houve um aumento de governos de centro-direita entre os países-membros). Além disso, o relatório indicava a necessidade de negociação nas “relações de trabalho entre empresas e sindicatos, já que a década de 80 foi um marco de tensão entre ambos, resultado da mais descoordenada rodada de negociação salarial desde a Segunda Guerra Mundial” (OECD, 1989, p. 26, tradução nossa⁷). Para o relatório *Economies in transition structural adjustment in oecd countries*, embora a regulação do mercado de trabalho e a proteção aos trabalhadores continuassem altas, os países-membros da OCDE deveriam adotar reformas para reduzir a rigidez do mercado de trabalho, já que os resultados foram positivos e o número de empregos passou a crescer. Na imagem abaixo, o documento apresenta as performances de emprego e desemprego nos países-membros após a implementação das políticas de flexibilização como também de desregulação econômica:

Imagem 1- Performance dos países da OCDE após a implementação de ajustes estruturais

Table 2.1. Growth and labour market performance
Average annual growth rates

	GDP		Employment		Labour force		Change in participation rates		Unemployment rate		
	1973-83	1983-88	1973-83	1983-88	1973-83	1983-88	1973-83	1983-86	1973	1983	1988
United States	1.8	4.0	1.7	2.7	2.2	1.8	0.7	0.8	4.9	9.6	5.5
Canada	3.0	4.5	2.1	2.9	2.8	2.0	0.9	1.0	5.5	11.9	7.8
Japan	3.6	4.5	0.9	1.0	1.0	0.9	0.2	-0.3	1.3	2.7	2.5
France	2.3	2.2	0.1	-0.1	0.8	0.3	-0.2	-0.3	2.7	8.4	10.3
Germany	1.6	2.6	-0.6	0.6	0.1	0.6	-0.6	0.2	1.0	8.2	7.9
Italy	2.2	3.2	0.7	0.6	1.1	1.1	0.2	0.2	5.9	9.2	11.1
United Kingdom	1.0	3.5	-0.5	1.7	0.4	1.1	-0.1	1.0	2.1	11.2	8.5
Austria	2.4	2.0	0.1	0.5	0.4	0.5	-0.3	-0.1	0.9	3.7	3.7
Belgium	1.8	2.1	-0.4	0.6	0.7	0	0.1	-0.3	2.3	12.9	10.5
Denmark	1.5	2.1	0.1	1.6	1.1	1.2	0.7	0.6	1.0	10.4	8.5
Finland	2.8	3.4	0.5	0.4	0.9	0.2	0.8	0.1	2.5	5.4	4.7
Ireland	2.5	1.4	0.5	-0.7	1.5	-0.1	-0.1	-0.7	5.7	14.0	16.6
Netherlands	1.9	2.3	-0.4	1.1	1.0	0.5	0.3	-0.5	3.1	15.0	12.5
Norway	3.9	3.3	1.6	1.7	1.8	1.6	1.2	1.2	1.6	3.4	3.1
Portugal	2.6	2.9	2.1	0.8	2.7	0.5	1.0	-1.8	2.2	7.9	6.5
Spain	1.9	3.6	-1.4	1.1	0.4	1.4	-0.8	-0.2	2.2	18.2	19.5
Sweden	1.5	2.4	0.8	0.7	0.9	0.4	0.7	0	2.0	2.9	1.7
Switzerland	0.3	2.7	-0.4	0.9	-0.3	0.9	-0.8	-0.1	0	0.8	0.7
Australia	2.1	4.2	0.8	3.1	1.6	2.5	0	0.8	2.3	9.9	7.4
New Zealand	0.9	1.8	1.1	0.8	1.6	0.8	0.1	4.8	0.2	5.4	5.3
Total OECD	2.1	4.2	0.7	1.6	1.3	1.2	0.2	0.4	3.5	8.9	7.4
OECD Europe ¹	1.8	4.2	0	0.9	0.8	0.8	-0.1	0.1	3.5	10.4	10.3
Of which:											
Low unemployment countries ²	2.1	2.8	0.4	0.8	0.6	0.7	0.2	0.1	1.3	3.1	2.6
High unemployment countries ³	1.7	2.8	-0.2	0.8	0.7	0.8	-0.2	0.1	2.7	10.6	10.6
Low unemployment countries ⁴	2.2	4.1	1.4	2.0	1.8	1.4	0.5	0.5	3.4	7.2	4.6

Note: Percentage changes (or rates) for groups of countries are the percentage changes (or the ratios) of the aggregate series for the group. GDP aggregates are expressed in US dollars at constant exchange rates.

1. Excluding Greece, Turkey, Yugoslavia.

2. Austria, Finland, Norway, Sweden, Switzerland.

3. Germany, France, United Kingdom, Italy, Belgium, Denmark, Netherlands, Portugal, Spain.

4. Countries listed in (2) above plus United States, Japan and Canada.

Sources: OECD, *Economic Outlook, Historical Statistics, 1960-1987*. Estimates for 1988 are from *Economic Outlook 44* (December 1988).

Fonte: Economies in Transition (OECD, 1989)

7 “Labor relations between companies and unions, since the 1980s were a period of tension between them, the result of the most uncoordinated round of wage negotiation since World War II.”

Percebe-se que alguns países como França, Itália e Espanha ainda tiveram altas de desemprego, de modo que a organização reconhecesse que nesses casos seria necessário incluir políticas de incentivo a economia, enfatizando a parceria pública e privada. Além disso, a Inglaterra e os Estados Unidos não alcançaram altos níveis de desempenho econômico nos anos 1980, o que sugere que as políticas neoliberais não resolveram completamente a crise do sistema capitalista. Apesar da queda inflacionária e do aumento das taxas de juros, o resultado impactou na redução na qualidade de vida de muitas pessoas. Na imagem, observa-se que o resultado geral foi uma relação de baixo crescimento econômico e crescente desigualdade de renda.

De forma geral, considerando todos os documentos que foram expostos, pode-se dizer que a crise econômica iniciada nos anos 1970 foi a primeira manifestação do bloco histórico neoliberal. Tal ciclo se caracterizou por um processo de transformação das estruturas políticas estatais, a partir de novos alinhamentos das relações de poder entre os grupos domésticos e destes com grupos de outros Estados em um processo mais amplo de construção de um bloco histórico transnacional neoliberal. Houve, assim, a formação de um consenso interestatal relacionado às necessidades da economia mundial, pautados na globalização financeira e por um ressurgimento do fundamentalismo do *laissez-faire*.

Como Cox (1981, 1987 e 2007) salienta, a formação deste bloco histórico ocorre através de canais organizacionais corporativos e também através da socialização de elites, bem como de líderes políticos e de opinião que se reúnem para trocar ideias e, se possível, forjar uma perspectiva comum estratégica. Neste contexto, a OCDE teve um papel importante como unidade política fundamental no processo de construção do consenso e de articulação do projeto neoliberal para os Estados-membros. A construção de um bloco histórico articula elementos de caráter material e ideacional em que todo esse complexo que dá sustentação, legitimidade e em certa medida coesão ao modelo não é algo simples, mas permeado por contradições e conflitos. Nos documentos emitidos pela organização (durante este processo de consolidação do projeto neoliberal) é possível observar tais ambiguidades na medida em que as mudanças de panorama sobre políticas econômicas dentro da OCDE sofreram fricções.

Em suma, os anos 1970 e 1980 foram décadas de transformações emblemáticas na OCDE, pois abriram caminho para a adoção de novos marcos analíticos nos relatórios econômicos e avaliações sobre países-membros, a partir do abandono progressivo de princípios da matriz keynesiana e absorção progressiva de princípios centrados em políticas estruturais para a oferta agregada e em elementos de austeridade fiscal e monetária. Ademais, em contraste com a menor influência da organização na agenda financeira internacional, devido a maior atuação do G7 neste período, a OCDE iniciou um processo de empreendimento em estudos de temas para além de pautas comerciais e econômicas.

Assim, fica claro o papel das ideias disseminadas pela OCDE na configuração do consenso em torno do ideário neoliberal, bem como na construção de sua hegemonia, em especial em seus países-membros. Uma vez que a atuação de organismos internacionais tem influência sobre a orientação de ações a partir de quadros de referências que atribuem significados à realidade social mundial, por meio da articulação e difusão de regras e ideologias, então identidades e interesses dos estados podem sofrer transformações em suas interações com organismos internacionais ao longo do tempo, considerando a perspectiva dinâmica que Robert W. Cox atribui às estruturas sociais.

CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi analisar o papel da OCDE na propagação e consolidação do neoliberalismo no âmbito de seus países-membros durante a década de 1980. Para cumprir com o objetivo analítico proposto, buscou-se analisar o surgimento do neoliberalismo como projeto hegemônico e o papel das Organizações Internacionais neste processo e compreender o funcionamento interno da OCDE para entender o papel que desempenhou durante a construção do projeto neoliberal. À vista disso, esta pesquisa se fundamentou na obra de Robert W. Cox, cuja contribuição para o estudo ajudou a iluminar algumas questões complexas relativas à modificação do capitalismo mundial, especialmente a partir dos anos 1970.

Desde a década de 1970, com o avanço do projeto neoliberal, as novas premissas que passaram a guiar OCDE foram um “pacote” guiado pela lógica da austeridade fiscal, financeira e econômica, acompanhado da receita do Estado mínimo, reproduzindo a lógica dos parâmetros neoliberais que se tornaram, nos anos 1980, exigências em todo sistema internacional. Os documentos publicados durante a década de 1980 apresentados neste artigo sinalizam os rumos comportamentais da OCDE após o fim de Bretton Woods. Tudo o que poderia parecer à primeira vista um conjunto de medidas da boa governança, revelou-se afinal um plano bem articulado, escalonado no tempo e no espaço, para reduzir o investimento público, dismantelar uma grande parte do aparelho social do Estado, trocar a lógica universalista por uma lógica assistencial e desregular a finança e o comércio internacional. Neste cenário a OCDE se tornou um importante *think-tank* sobre práticas neoliberais, delineando parâmetros e construindo estatísticas sobre os países-membros com o intuito de analisar seus empenhos ao aderir tais ajustes.

Embora a organização não tenha poder formal, no sentido de suas recomendações não serem obrigatórias, a organização exerce influência sobre a construção de políticas tanto de países-membros como também de países não membros. Segundo Gill (2002), as organizações internacionais desempenham um papel de extrema importância no que se refere ao campo ideológico. Elas ajudam a definir diretrizes políticas para os Estados e legitimar certas instituições e práticas no plano nacional, refletindo orientações favoráveis às forças sociais de grupos dominantes, além de “convencer” inclusive as forças subversivas (ou contra-hegemônicas) e cooptá-las às normas desta ordem. São nestes espaços que as normas, regras e princípios regem a conduta de todos os Estados (centrais e periféricas). Conforme discutido, Cox (1981, 1987) se refere a essa dinâmica como uma “*nébuleuse*” – algo que não tem uma estrutura de autoridade institucional fixa, mas que emerge das discussões em organismos como a OCDE. Essa noção de “governança sem governo” abarca essa busca por diretrizes consensuais dentro de uma concepção neoliberal, posteriormente transferidas aos canais de decisão política dos governos nacionais, como é o caso das recomendações e análises feitas para os países-membros da OCDE.

Diante de tudo isso, pode-se dizer que, mesmo tendo seu protagonismo oscilado entre o FMI, Banco Mundial e G7 no regime monetário internacional ao longo dos anos, pode-se dizer que a OCDE acabou assumindo papel de importância e referência no desenvolvimento de análises e recomendações sobre temas do comércio mundial, reformas estruturais e políticas de ajuda ao desenvolvimento guiadas pelo programa neoliberal. Assim, torna-se inegável o papel da organização na disseminação de ideias, avaliação de políticas e produção de dados que são mecanismos de governança à sua disposição. A capacidade de “gerar ideias” e “produzir discursos” está

refletida na sua capacidade de definição de agendas e elaboração de conceitos a serem seguidos não apenas pelos países membros, como também por aqueles que não são membros, facilitando a produção do consenso em torno do ideário neoliberal.

REFERÊNCIAS

- CARROL, P.; KELLOW, A. (2011). **The OECD: A Study of Organisational Adaptation**. Edward Edgar.
- COX, Robert W. (2007). “Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre método”. In: GILL, S. **Gramsci: materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 101-124.
- _____ (1987). **Production, Power and World Order: Social Forces in the Making of History**. New York: Columbia University Press.
- _____ (1981). “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory.” **Millennium**, 10 (2), p. 126–55.
- _____ (1977). “Labor and Hegemony”. **International Organization**, 31 (3), p. 385-424.
- FORTES, Ana Rachel (2020). **Hegemonia neoliberal e as reconfigurações do sistema de governança global: o caso da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (1978-2015)**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Minas, Belo Horizonte.
- GILL, Stephen (2002). **Power and Resistance in the New World Order**. New York, Palgrave Macmillan.
- _____ (1990). **American Hegemony and the Trilateral Commission**. Cambridge: Cambridge University Press.
- GODINHO, Rodrigo de Oliveira (2018). **A OCDE em rota de adaptação ao cenário internacional**. Brasília: FUNAG.
- HARVEY, David (2008). **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo, Edições Loyola, 2008.
- MCCRACKEN, Paul Winston (1978). **Towards full employment and price stability: a report to the OECD by a group of independent experts**. OECD, Paris, p.341.
- MURPHY, Craig N (2014). **Organização Internacional e Mudança Industrial: Governança Global desde 1850**. São Paulo, UNESP.
- OECD (2018). **Organization For Economic Co-Operation And Development**. Disponível em: <<https://www.oecd.org/>>. Acesso em: 19/05/21.
- _____ (1989). **Economies in Transition: structural adjustment in OECD countries**. Paris, OECD, p. 216.
- _____ (1987). **Structural adjustment and economic performance**. Paris, OECD, p.38.
- _____ (1981). **The Welfare State in Crisis: An Account of the Conference on Social Policies in the 1980s**. Paris, OECD.

- PEREIRA, Mariana (2016). **Teoria Crítica e Governança Global: como compreender o papel das Organizações Internacionais?** In: III 3º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais, ABRI 2016, Belo Horizonte. Anais (online). Belo Horizonte: ABRI. Disponível em: <http://www.abri.org.br/anais/3_Encontro_Nacional_ABRI/Teoria_das_Relacoes_Internacionais/TRIS%207_Mariana%20Yante%20Teoria%20Cr+%A1tica%20e%20Governan+%BAa%20Global%20como%20compreender%20o%20papel%20das%20Organiza+%BA+%C1es.pdf>. Acesso em: 21/08/21.
- RAMOS, Leonardo (2013). **Hegemonia, Revolução Passiva e Globalização: O Sistema G7/8**. Belo Horizonte, Ed. PUC Minas.
- RIBEIRO, Rômulo Tavares (2020). **Brasil Como Membro Pleno da OCDE: Uma Análise Crítica**. Oikos, 19 (3), p. 97-117.
- ROSENAU, James; CZEMPIEL, Ernst-Otto (eds.) (2000). **Governança Sem Governo: Ordem e Transformação na Política Mundial**. Brasília, UnB.
- WOLFE, Robert (2008). From reconstructing Europe to constructing globalization: the OECD in historical perspective. In: MAHON, Rianne; MCBRIDE, Stephen (Ed.) **OCDE and transnational governance**. Vancouver: UBC press, pp. 25-42.